

ROSA LUXEMBURG E A CRÍTICA AO REVISIONISMO DE DIREITA NO INTERIOR DA SOCIAL-DEMOCRACIA

Joana El-Jaick Andrade¹

Resumo. Ao longo do século XX, amplos setores da social-democracia expressaram a sua adesão ao reformismo e à crença na evolução pacífica do capitalismo ao socialismo, convertendo-o de antítese teórica e prática do sistema capitalista à condição de um movimento parlamentar integrante deste mesmo sistema. Percebendo o avanço do reformismo no cerne do Partido Social-Democrata Alemão, Rosa Luxemburg dedicou-se com afinco à invalidação das teses revisionistas, recorrendo a uma concepção totalizante e dialética do marxismo. A partir da análise das valiosas críticas dirigidas por Rosa à teoria bernsteiniana, o presente artigo procura delinear as principais divergências existentes entre as duas grandes correntes da social-democracia, na virada do século XIX para o século XX, bem como salientar a importância da contribuição da autora para a teoria marxista.

Palavras-chave. Rosa Luxemburg, social-democracia, revisionismo.

Rosa Luxemburg and the critic to right revisionism inside social democracy

Abstract: Throughout the twentieth century wide sections of the social democracy expressed their adhesion to reformism and to the faith in the peaceful evolution from capitalism to socialism, conceiving it not as the theoretical and practical antithesis of the capitalist system, but as a parliamentary movement playing a part inside that system. Noticing the advance of reformism inside the German Social Democratic Party, Rosa Luxemburg focused her efforts in the invalidation of the revisionist thesis, making use of a totalizing and dialectical conception of Marxism. Based on the analysis of the valuable critics addressed by Rosa to Bernstein's thought, this article intends to delineate the main existent divergences between the two great currents of social democracy during the turn of the nineteenth to the twentieth century, as well as to point out the importance of the author's contribution to the Marxist theory.

Key-words. Rosa Luxemburg, social democracy, revisionism.

¹ Bacharel em Direito (UERJ) e em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ). Mestre em Sociologia (FFLCH/USP) e doutoranda em Sociologia (FFLCH/USP).

1 A batalha interna da social-democracia alemã e o questionamento do projeto revolucionário

A publicação dos artigos de Eduard Bernstein na *Neue Zeit* em 1897 e 1898 provocou grande turbulência no interior da social-democracia alemã. Esta encontrava-se, então, sob a ameaça de ser novamente colocada na ilegalidade, devido à submissão de um novo projeto de lei anti-socialista ao *Reichstag*. Neste sentido, a conclamação revisionista pela renúncia ao objetivo final revolucionário e a defesa de uma tática puramente pacífica, a ser concretizada de forma lenta e gradual por via de reformas, gerou um clima de grande indignação entre as correntes revolucionárias do partido.

Não somente a proposta de revisão teórica das teses marxistas – vista com profunda desconfiança –, mas, sobretudo, a mera conjectura da abdicação da luta de classes e a adoção de uma política conciliatória, considerando o estabelecimento de alianças com os mesmos grupos que se empenhavam em mais uma vez relegar os social-democratas à clandestinidade, era concebida como uma traição política e uma capitulação prévia à burguesia. Sem dúvida, uma das primeiras e mais contundentes respostas ao revisionismo partiu de Rosa Luxemburg,² em seu ensaio “Reforma social ou revolução?” (1899). Rosa percebia a vital importância de se refutar os argumentos apresentados por Bernstein, procurando fornecer bases para a fundamentação do socialismo, sem, no entanto desconsiderar as novas condições históricas encontradas. Em carta a Leo Jogiches, de dois de julho de 1898, a autora expôs as dificuldades enfrentadas para a realização de tal tarefa:

Agora o mais importante – Bernstein. Consegui ter uma idéia boa a respeito do conjunto do artigo, porém nem por isso está melhor, porque vejo enormes dificuldades. Tenho já um plano excelente. Há dois problemas difíceis: 1) escrever sobre a crise; 2) demonstrar de modo inequívoco que o capitalismo fracassará. É indispensável prová-lo, mas isto significa escrever comissamente um novo argumento para o socialismo ci-

² Rosa Luxemburg (1871-1919), de origem judia e polonesa, viu-se obrigada a deixar a Polônia em 1889, onde ajudou a fundar o Partido Social-Democrata Polonês. Doutorou-se em Economia em Zurique, chegando à Alemanha em 1898, no auge dos debates com os revisionistas (LOUREIRO, 2003).

entífico. Ajude-me, pelo amor de Deus, ajude-me. A rapidez é essencial porque 1) se alguém se adianta a nós, perde-se todo o trabalho; 2) porque o acabamento toma muito tempo. Começamos muito bem. As notas que escrevi em Zurique são a massa (contudo só meio assada) de que precisamos – se soubesse o que escrever, a forma aí então se delinearía, sinto-o em meus ossos. Acho-o tão importante, daria metade de minha vida por este artigo (LUXEMBURG, 1983, p. 81).

Tendo finalizado a sua réplica a Bernstein em fins de 1898, a autora ganhou notoriedade dentro do partido por seus vastos conhecimentos de economia e filosofia combinados a uma crítica radical ao oportunismo pequeno-burguês, que pretendia modificar os objetivos do partido no intuito de influir na prática adotada. Para Rosa, o revolucionarismo seria da própria essência do socialismo; sendo assim, o dilema entre reforma social ou revolução corresponderia à questão de “ser ou não ser” da social-democracia. A tentativa revisionista de converter a reforma social de simples meio da luta de classes em seu fim último esvaeceria a distinção entre o movimento socialista e as demais organizações da democracia burguesa ou do radicalismo burguês. Prosseguia ainda afirmando que entre a reforma social e a revolução, a social-democracia veria um elo indissolúvel: a luta pela reforma social seria o meio e a revolução social o fim. Por conseguinte, na polêmica erigida por Bernstein e seus partidários, o que estaria em jogo afinal não seriam os métodos de luta ou o emprego de táticas, mas a própria existência do movimento socialista. Rosa, portanto, advertia que a teoria de Bernstein estaria em absoluta contradição com os princípios do socialismo científico:

Se o revisionismo se limitasse à previsão de uma evolução do capitalismo muito mais lenta do que é normal atribuir-lhe, poder-se-ia unicamente inferir um espaçamento da conquista do poder pelo proletariado, o que na prática resultaria simplesmente num abrandamento da luta. Mas não se trata disso. O que Bernstein põe em causa não é a rapidez dessa evolução, mas a evolução do capitalismo em si mesma e, por consequência, a passagem ao socialismo (LUXEMBURG, 1986, p. 28).

Quanto à crítica bernsteiniana da teoria do colapso, Rosa opôs-lhe uma minuciosa análise no intuito de demonstrar a possibilidade objetiva do advento de crises gerais, baseando-se em três fundamentos

do capitalismo: a crescente anarquia da produção, a socialização crescente do processo produtivo e a organização e consciência de classe. Cabe destacar que, apesar de nesta época a autora ainda identificar-se com o “marxismo ortodoxo” apregoados pelos dirigentes do partido, não fazia a defesa do automatismo de tais tendências históricas nem lhes conferia a insígnia de leis naturais. Ademais, a ênfase atribuída por Rosa à consciência de classe, sem a qual o socialismo não seria possível, afastaria a idéia de um processo histórico predeterminado e fatalista³. Neste sentido, somente a interferência consciente, a luta política da classe operária, poderia conduzir à transformação socialista.⁴

É evidente que a tática social-democrata não consiste em esperar o ponto extremo das contradições capitalistas para que se produza uma mutação revolucionária da situação. Pelo contrário, a essência da tática revolucionária consiste em reconhecer a tendência do desenvolvimento e daí transpor as suas conseqüências últimas para a luta política (LUXEMBURG, 1986, p. 67).

Não obstante, neste ensaio, Rosa concebia a revolução socialista como uma necessidade histórica objetiva. Nestes termos, os fenômenos que Bernstein apontara como sinais da “capacidade de adaptação” do capitalismo – as fusões, o crédito, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação, a elevação do nível de vida da classe operária – não conseguiriam evitar o desmoronamento do sistema e assegurar sua

³ Segundo Loureiro: “mesmo em obras de forte caráter economicista como “Reforma social ou revolução?”, “A acumulação do capital” e “Anticrítica”, em que insiste na teoria do colapso, Luxemburg repete que o socialismo não resulta automaticamente das contradições objetivas do capitalismo, que é necessário o “conhecimento subjetivo, por parte da classe operária, da inelutabilidade da supressão da economia capitalista por meio de uma revolta (*Umwälzung*) social”. Ou seja, ela compreendeu, desde o início da sua carreira política, que a economia por si só não levará ao socialismo” (LOUREIRO, 1995, p. 32-33).

⁴ Na brochura *Junius*, escrita em 1915, Rosa deixa clara a sua perspectiva anti-mecanicista e dialética: “os homens não fazem sua história de cabo a rabo. Mas a fazem eles mesmos. O proletariado depende em sua ação do grau de desenvolvimento social da época, mas a evolução social não se produz a margem do proletariado; este é seu impulso e sua causa, tanto como seu produto e sua conseqüência. Sua ação forma parte da história contribuindo para determiná-la. (...) A vitória do socialismo não cairá do céu como algo fatal; esta vitória não poderá ser alcançada senão graças a uma larga série de enfrentamentos entre as forças velhas e as novas, choques no decurso dos quais o proletariado internacional realiza sua aprendizagem sob a direção da social-democracia e tenta tomar em suas mãos seu próprio destino, de apoderar-se do limão da vida social. Quem era um brinquedo passivo da história tenta converter-se em lúcido condutor” (LUXEMBURG, 1972, p. 22).

sobrevivência através da anulação ou atenuação de suas contradições internas.

O crédito – instituição que aumenta a capacidade extensiva da produção, facilita a troca – contribuiria para a concentração de grande número de capitais privados, como, por exemplo, através da ampliação do número de sociedades por ações. Deste modo, incrementaria a capacidade de expansão da produção em proporções inauditas, levando-a a ultrapassar constantemente os limites do mercado. Sendo assim, o crédito seria uma “faca de dois gumes”, uma vez que colaboraria para a intensificação das crises de superprodução, e, conseqüentemente, para a “destruição radical das forças produtivas que por ele foram movimentadas”.

Desde os primeiros sintomas de estrangulamento do mercado, o crédito funde-se, abandona a sua função de troca precisamente no momento em que seria indispensável; revela a sua ineficácia e inutilidade quando ainda existe, e contribui, no decurso da crise, para reduzir ao mínimo a capacidade de consumo do mercado (LUXEMBURG, 1986, p. 34).

De fator de adaptação, o crédito passa a ser entendido como um elemento agravante das contradições e das crises do capitalismo. O mesmo processo verificar-se-ia com as associações patronais, tais como fusões e monopólios, que, ao invés de colocarem fim à anarquia da produção não passariam de paliativos para a baixa fatal da taxa de lucro em certos setores da produção:⁵

O objetivo econômico final e a ação das organizações é, excluindo a concorrência no interior de um setor da produção, influenciar a repartição do lucro bruto realizado no mercado, de maneira a aumentar a parte desse setor da indústria à custa de outros, precisamente por estar generalizada. Prolongada a todos os setores industriais importantes, anula por si própria o seu efeito (LUXEMBURG, 1986, p. 36).

⁵ “No conjunto, as fusões, tal como o crédito, aparecem como fases bem determinadas do desenvolvimento que, em última análise, apenas contribuem para aumentar a anarquia do mundo capitalista, manifestando em si próprias e levando à exaustão todas as contradições internas. Agravam o antagonismo existente entre o modo de produção e o modo de troca, aguçando a luta entre produtores e consumidores (...). Agravam, por outro lado, a contradição entre o modo de produção e o modo de apropriação, opondo à classe operária, da maneira mais brutal, a força superior do capital organizado, conduzindo assim ao extremo o antagonismo entre o capital e o trabalho” (LUXEMBURG, 1986).

Deste modo, os acordos patronais estariam muito longe de suprimir as crises econômicas, resultando antes no agravamento da concorrência no exterior e reforçando, assim, a anarquia no mercado mundial. Rosa analisa, portanto, as conseqüências do desenvolvimento do mercado mundial, esgotado pela concorrência dos países capitalistas, que incluiriam a imobilização parcial ou forçada do capital em dimensões consideráveis.

Ao ocupar-se do estudo da nova fase do desenvolvimento do capitalismo, caracterizado pelo agravamento dos antagonismos entre o modo de produção e a troca, o modo de produção e o modo de apropriação e o capital e o trabalho, Rosa dera o primeiro passo para a construção de sua teoria acerca do imperialismo, posteriormente apresentada no livro “A acumulação do capital”, de 1913. Neste destacara a impossibilidade de uma acumulação contínua do capital que garantisse o bem-estar e o progresso econômico (LOUREIRO, 1995), na medida em que o processo de capitalização da mais valia e de acumulação do capital dependeriam do contato com formações sociais pré-capitalistas e do acesso a seus mercados e produtos.⁶

Consoante Rosa, Bernstein teria ainda se equivocado em suas conclusões relativas ao aparente fenômeno de preservação e expansão das classes médias. De modo assaz original, Rosa conferiu um sentido alternativo à idéia de desaparecimento progressiva das classes médias que diferia da perspectiva comumente difundida entre os “ortodoxos”. Ao invés de encarar o crescimento do número de possuidores como uma negação do processo histórico de polarização de classes, ou como mera “paragem”, uma “letargia” desse desenvolvimento, Rosa, mediante uma interpretação dialética, compreende-o enquanto parte integrante do desenvolvimento complexo e contraditório do capitalismo.

Logo, o processo de polarização não poderia ser representado por uma linha reta descendente que iria do declínio progressivo à desaparecimento total, mas sim por uma evolução dialética que oscilaria constantemente de acordo com as contradições inerentes ao sistema econômico. Sendo assim, as classes médias capitalistas sofreriam a influência de duas tendências antagônicas, uma ascendente e outra descendente:

A tendência descendente é o crescimento contínuo da escala de produção que ultrapassa periodicamente o

⁶ “O capitalismo necessita das organizações sociais pré-capitalistas como base do seu desenvolvimento, (mas) opera por assimilação das mesmas condições que são as únicas que podem assegurar a sua própria existência” (LUXEMBURG, 1978, p. 15).

quadro dos capitais médios, desviando-os regularmente do campo da concorrência mundial. A tendência ascendente é constituída pela depreciação periódica do capital existente, o que faz baixar por um certo tempo a escala da produção segundo o valor do capital mínimo necessário, tal como a penetração da produção capitalista em novas empresas (LOUREIRO, 1995, p. 42).

A disputa entre empresas médias e o grande capital não resultaria necessariamente na diminuição absoluta das primeiras, podendo ser constatado ou um aumento progressivo do capital mínimo necessário para o funcionamento das empresas, ou ainda uma diminuição constante do intervalo de tempo durante o qual os pequenos capitalistas detêm a exploração dos setores de produção no qual atuam. Deste modo, nas palavras de Rosa, seria como se “os pequenos capitais fossem periodicamente ceifados para apressar seu florescimento a fim de serem novamente ceifados pela grande indústria” (LUXEMBURG, *apud* GERAS, 1978, p. 15).

As abundantes estatísticas citadas por Bernstein tendo por escopo comprovar, com base em fundamentos econômicos, a elevação do número de proprietários – e assim desacreditar a teoria da concentração – indicando a emergência de sociedades por ações, seriam, para Rosa, mal-interpretadas pelo autor.⁷ Na realidade, o aumento da quantidade de sociedades por ações teria um significado completamente diverso: assinalaria o crescente processo de socialização da produção no interior do capitalismo, combinado com a concentração do capital. Assim, Rosa assevera:

Hoje uma empresa capitalista não corresponde, como outrora, a um único proprietário do capital, mas a um número cada vez mais considerável de capitalistas e que por conseqüência, a noção econômica do “capitalista” não dissimula um indivíduo isolado, significa que o atual capitalista industrial é uma pessoa coletiva composta por centenas ou mesmo milhares de indivíduos, e que a própria categoria capitalista tornou-se, nos quadros da economia capitalista, uma categoria social, que se socializou (LUXEMBURG, 1986, p. 77-78).

⁷ Rosa adverte que para ter valor comprobatório, as estatísticas deveriam se reportar aos mesmos setores da indústria, e, então, demonstrar se as pequenas empresas surgem em substituição às grandes empresas, ao invés de em setores onde predomina o capital familiar, o artesanato ou a micro-empresa. De acordo com Rosa, a substituição de inúmeras empresas médias ou pequenas por sociedade por ações só poderia ser explicada pela penetração, em novos setores da produção, do sistema das sociedades por ações (LUXEMBURG, 1986, p. 77).

A socialização crescente da produção consistiria, portanto, na reunião de um grande número de pequenas fortunas num grande capital de produção, separando-se, por outro lado, a produção da propriedade do capital. Destarte, segundo Rosa, Bernstein teria novamente se equivocado ao entrever no fenômeno das sociedades por ações uma dispersão e não uma concentração do capital – além de conceber o capitalista, não como uma unidade econômica, mas como uma unidade fiscal. Deste modo, graças à confusão herdada da economia vulgar, “todo o mundo lhe surge como um formigueiro de capitalistas” (LUXEMBURG, 1986, p. 79).

Por conseguinte, para a autora, a “teoria da adaptação”, enunciada por Bernstein, não seria mais do que uma generalização teórica do ponto de vista do capitalista isolado, isto é, uma vertente da economia vulgar burguesa, na qual se toma os fenômenos de forma independente e parcial. Com efeito, seus “antídotos” contra os males do capitalismo seriam igualmente restritos e ineficazes, posto que, em sua visão, “não há nenhuma erva medicinal que cresça no lixo da sociedade capitalista que possa ajudar a curar a anarquia capitalista” (LUXEMBURG, apud GERAS, 1978, p. 13).

Consoante aponta Luxemburg, recorrendo à economia burguesa, Bernstein tentou destruir as fundações da teoria marxista do valor – baseada em uma perspectiva histórica – de modo a obscurecer as contradições presentes na economia capitalista. Nestes termos, passa a conceber a economia capitalista como uma realidade perene, erigindo a sociedade burguesa à última etapa da evolução da humanidade. Para tanto, ao mesmo tempo em que tentaria transformar a lei do valor-trabalho de Marx em uma “simples abstração”, uma “construção do espírito”, Bernstein recorreria a construções idealistas a respeito de uma sociedade socialista baseada no princípio do cooperativismo⁸ –

⁸ De acordo com Rosa, as cooperativas seriam instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo, por constituírem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Na economia capitalista, devido a concorrência, para que a empresa possa sobreviver seria necessária uma “impiedosa exploração da força do trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. Praticamente, isso traduz-se numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contatar ou dispensar a força de trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos, que permitam a uma empresa capitalista sustentar a concorrência de outras empresas” (LUXEMBURG, 1986, p. 87-88). Deste modo seus membros passariam a desempenhar o papel de empresários capitalistas. Assim, “uma reforma socialista baseada no sistema de cooperativas abandona a luta contra o capital da produção (...) e se contenta em dirigir os seus ataques contra o capital comercial, mais exatamente o pequeno e o médio capital comercial. Só ataca os ramos secundários do tronco capitalista” (LUXEMBURG, 1986, p. 89).

cujo objetivo seria a “repartição mais justa” e cuja legitimação histórica seria a idéia de “justiça” – que surgiria nos interstícios da sociedade burguesa.

A “política de compensação”, neste sentido, seria uma “política de mistificação”, uma vez que traduziria uma perspectiva fantasiosa que vincularia a realização automática de reformas à transformação gradual da sociedade em uma sociedade socialista. Em resumo, ao negar as contradições internas do sistema capitalista, rejeitando assim a teoria do colapso, Bernstein buscaria embasar o socialismo em um “conhecimento puro”, conferindo, desta forma, um fundamento idealista do socialismo. Com efeito, o autor cairia no seguinte dilema: “ou o revisionismo tem razão – e nesse caso a transformação socialista da sociedade é uma utopia – ou o socialismo não é uma utopia e, nesse caso, a teoria dos “fatores de adaptação” perde a sua base” (LUXEMBURG, 1986, p. 32).

Outrossim, de acordo com Rosa, o desenvolvimento ininterrupto da democracia antevisto pelo revisionismo – à maneira do liberalismo burguês – como uma lei fundamental da história humana, revelar-se-ia uma miragem, pois o regime político seria sempre o resultado de um conjunto de fatores políticos internos e externos. Ademais, Rosa constata que as instituições democráticas teriam chegado ao fim de sua intervenção no desenvolvimento da sociedade burguesa, após a concretização da unificação dos grandes Estados modernos.

Assim, o liberalismo se tornaria “inútil para a sociedade burguesa, chegando mesmo a entrar o seu desenvolvimento” (LUXEMBURG, 1986, p. 95). Diante disso, a autora reprova as tentativas efetuadas por Bernstein de aconselhar o operariado a “recuperar o liberalismo assustado e afastá-lo do redil da reação onde se refugiou” (LUXEMBURG, 1986, p. 96). O abandono do objetivo último do socialismo pela classe operária em nome da “ressurreição da democracia burguesa” significaria tão-somente a rendição à ordem capitalista.⁹ Com efeito, diferentemente de Bernstein, Rosa aduz que “não é a sorte do movimento socialista que está ligada à democracia burguesa, mas pelo contrário, é a democracia que se encontra ligada ao movimento socialista” (LUXEMBURG, 1986, p. 97). Deste modo, em lugar de abrir-se mão da emancipação em nome da democracia, seria

⁹ “Fazendo do abandono do socialismo uma condição primeira das premissas sociais da democracia burguesa, demonstra clara e simultaneamente que a democracia contradiz a atual orientação interna da evolução social e que o movimento operário é uma resultante direta dessa orientação” (LUXEMBURG, 1986, p. 96).

indispensável realizá-la para que a própria democracia pudesse avançar. Portanto, nas palavras de Rosa, “renunciar à luta pelo socialismo é renunciar simultaneamente ao movimento operário e à própria democracia” (LUXEMBURG, 1986, p. 97).

Segundo Rosa, o empirismo de Bernstein o tornaria incapaz de examinar os fenômenos sob o ponto de vista da totalidade do desenvolvimento econômico e social. Este fato acarretaria a elaboração de uma concepção histórica mecânica e antidialética (LOUREIRO, 1995). À perspectiva totalizante e revolucionária de Marx, Bernstein contraporía uma visão parcial, baseada na análise de fatos empíricos isolados, sem uma conexão entre si. A adoção desta perspectiva poderia explicar vários aspectos de sua teoria, como, por exemplo, a crença na possibilidade de implantação do socialismo por intermédio de reformas legais balizadas pelo Estado. Para Rosa, ainda que assumisse medidas e funções de interesse geral, o Estado não deixaria de ser uma organização da classe capitalista dominante. Desta forma, o Estado somente alinharia-se com o proletariado na medida em que o interesse geral e o desenvolvimento social coincidissem com os interesses da classe dominante.

O atual Estado não é uma “sociedade” no sentido de “classe obreira ascendente”, mas o representante da sociedade capitalista, quer dizer, um Estado classista. Eis porque a reforma por ele proposta não constitui aplicação do “controle social”, isto é, do controle da sociedade de trabalhadores livres sobre seu próprio trabalho, mas um controle da organização da classe do capital sobre os processos de produção do capital. Aliás, as reformas chocam-se com os limites dos interesses do capital (LUXEMBURG, 1986, p. 50).

Portanto, a evolução linear e gradual em direção ao socialismo, seja por intermédio da atuação parlamentar e sindical, seja pela democratização política do Estado, não poderia concretizar-se, posto que este conservaria seu caráter de classe. Estes elementos, de acordo com Rosa, poderiam, na melhor das hipóteses, manter a exploração capitalista no interior dos limites “normais” determinados em cada momento pela conjuntura, mas estariam longe do processo de suprimir a exploração em si mesma, ainda que progressivamente.

Os sindicatos, por exemplo, teriam como função principal permitir aos operários a realização da lei capitalista dos salários, ou seja, a venda da força de trabalho ao preço conjuntural do mercado.

Neste sentido, os sindicatos submeteriam os interesses do proletariado às necessidades do capital. Por esta razão, não poderiam suprimir a lei dos salários nem exercer uma “influência reguladora progressiva na produção” em prol do interesse geral do proletariado:

A atividade dos sindicatos reduz-se, essencialmente, à luta para o aumento dos salários e para a redução do tempo de trabalho, procura unicamente ter uma influência reguladora sobre a exploração capitalista, segundo as flutuações do mercado; toda a intervenção no processo de produção é-lhe, pela própria natureza das coisas, interdita (LUXEMBURG, 1986, p. 48).

Por conseguinte, de acordo com Rosa, mesmo no interior dos limites de sua esfera de influência, o movimento sindical não aumentaria indefinidamente a sua expansão, como o supunha a teoria da adaptação ao capitalismo. Ao contrário, ele tenderia a encontrar pela frente cada vez mais dificuldades, representadas pelos limites impostos pelos interesses do capital.¹⁰ Deste modo, a idéia de uma expansão ilimitada do sindicalismo não passaria de uma ilusão.

Em seu discurso ao Congresso de Hannover, de 1899, Rosa voltou a questionar a idéia de uma evolução linear e mecânica da sociedade em direção ao “socialismo”, destacando a impossibilidade do modo de produção capitalista promover a emancipação econômica e política do proletariado:

Camaradas que pensam que podem conduzir a sociedade para o socialismo de modo pacífico, sem um cataclismo, não possuem base histórica nos fatos. Por revolução nós não precisamos dizer banho de sangue. Uma revolução também pode ser efetivada num nível cultural, e se algum momento houvesse a possibilidade disto seria numa revolução proletária, já que somos os últimos a aderir a meios violentos, os últimos a desejar uma revolução brutal sobre nós. Mas esta questão não depende de nós, depende de nossos oponentes. Nós devemos colocar de lado a questão da forma pela qual nós tomaremos o poder, pois não podemos prever tais

¹⁰ Segundo Rosa, “quando o desenvolvimento da indústria atingir seu apogeu e o mercado mundial iniciar a fase descendente, a luta sindical tornar-se-á mais difícil: 1º - porque as conjunturas objetivas do mercado serão desfavoráveis à força de trabalho, a procura da força de trabalho aumentará mais lentamente e a oferta mais rapidamente o que não é o caso atual; 2º - porque o próprio capital para se compensar das perdas sofridas no mercado mundial, se esforçará por reduzir a parte do produto pertencente aos operários” (LUXEMBURG, 1986, p. 49).

condições. Nós estamos interessados na essência do processo, que é a nossa luta pela total transformação da ordem econômica capitalista vigente, que pode ser obtida apenas pela conquista do poder do Estado e nunca pelo caminho da reforma social dentro dos limites da sociedade existente. Estes que cedem a esta esperança baseiam-se ou na ignorância em relação ao passado ou no otimismo em relação ao futuro (LUXEMBURG, 2004).

A perspectiva revolucionária de Rosa Luxemburg colocava-a em conflito não somente com o grupo revisionista, mas também com a direção do partido, adepta de uma tática exclusivamente parlamentar. Já em seu ensaio, Rosa punha em xeque a confiança cega na “via democrática”, dispondo que o caráter contraditório do Estado capitalista manifestar-se-ia “de forma explosiva” no parlamentarismo moderno. Segundo a autora, “é evidente que formalmente o parlamentarismo serve para exprimir na organização do Estado os interesses do conjunto da sociedade”; “mas, por outro lado, o que o parlamentarismo representa aqui é unicamente a sociedade capitalista, quer dizer, uma sociedade onde predominam os interesses capitalistas”. Por conseqüência, continua Rosa, “nessa sociedade, as instituições formalmente democráticas reduzem-se, no seu conteúdo, a instrumentos dos interesses da classe dominante” (LUXEMBURG, 1986, p. 59). “Também a idéia da conquista por uma maioria parlamentar aparece como um cálculo errado: preocupando-se unicamente, à semelhança do liberalismo burguês, com o aspecto formal da democracia, descuidada-se totalmente do outro aspecto, o do seu conteúdo real” (LUXEMBURG, 1986, p. 60).

Para Rosa, portanto, o Estado tenderia a assumir mais abertamente seus interesses de classe, uma vez que a propriedade privada ganharia a forma de uma exploração capitalista cada vez mais brutal. As contradições internas do capitalismo se acentuariam – assim como a conscientização da classe operária – abrindo caminho para a realização de um golpe revolucionário.¹¹ Contrariamente a Bernstein, Rosa concebia as crises como sendo manifestações orgânicas, inseparáveis do conjunto da economia capitalista, que corrigiriam perio-

¹¹ “As relações de produção da sociedade capitalista aproximam-se sucessivamente das relações de produção socialista. Em contrapartida, as suas relações políticas constroem entre sociedade capitalista e a sociedade socialista um muro cada vez mais alto. Nesse muro, nem as reformas sociais nem a democracia abrirão brechas, contribuirão, pelo contrário, para o segurar e consolidar. Apenas um golpe revolucionário, isto é, a conquista do poder político pelo proletariado, o poderá abater” (LUXEMBURG, 1986, p.61).

dicamente o desequilíbrio existente entre a capacidade ilimitada de expansão da produção e os limites estreitos do mercado:

[A] concepção mecânica e antidialética manifesta-se na idéia de Bernstein de que a cessação das crises é um sintoma “da adaptação” da economia capitalista. Para ele as crises reduzem-se a desordens produzidas no mecanismo da economia; se as desordens param o mecanismo, recomeça o movimento. Ora, de fato, as crises não são desordens no sentido exato da palavra, ou melhor, são desordens, mas sem as quais a economia capitalista não poderia desenvolver (LUXEMBURG, 1986, p. 69).

Embora entre os social-democratas e os revisionistas não houvesse divergências em termos práticos, a luta cotidiana endossada pelo partido possuiria um sentido diferente. Tanto a luta sindical como a luta parlamentar seriam encaradas, na visão de Rosa, como meios de dirigir e educar, pouco a pouco, o proletariado para a conquista do poder político, e não apenas com vistas à aquisição de melhorias pontuais imediatas.

Deste modo, tais lutas revestir-se-iam de um significado socialista, pelo fato de consistirem em uma preparação para o processo de transformação revolucionária, do qual tomaria parte o proletariado. Através da experiência da luta sindical e política, o proletariado adquiriria a convicção de que é impossível transformar radicalmente a sua situação por meio de uma única luta, e, assim, sentir-se-ia motivado a apoderar-se do poder político, constituindo o fator subjetivo da transformação socialista. Por atuar sobre a consciência do proletariado, organizando-o como classe, o objetivo revolucionário não poderia ser descartado sem, com isso, abandonar-se a própria perspectiva de classe. Portanto, a desvinculação entre as reformas sociais e a revolução tornaria esta última irrealizável, além de enfraquecer simultaneamente a coesão do movimento e a busca pelos objetivos traçados a curto prazo.¹²

Em síntese, o abandono do objetivo último – a revolução – em prol das reformas sociais, vistas como objetivos autônomos, conduziria à perda do caráter de classe do partido, inculcando uma mentalidade pequeno-burguesa, ou mesmo burguesa, no proletariado. Sob este

¹² “Qualquer que seja a tática utilizada, e porque as reformas sociais são e continuarão a ser, no regime capitalista, nozes ocas, a etapa seguinte será, muito logicamente, a desilusão, mesmo no concernente ao valor próprio das reformas (...)” (LUXEMBURG, 1986, p.66).

aspecto, a definição do objetivo final não seria uma questão meramente acadêmica, sem relação imediata com a prática, na medida em que constitui o caráter socialista de todo o movimento. Sendo assim, para um partido proletário revolucionário, não existiria questão mais prática do que a referente ao objetivo final.¹³

Tendo isso em vista, Rosa conclui que a “reforma e a revolução não são métodos diferentes do progresso histórico que se possam escolher à vontade”, “mas fatores diferentes da evolução da sociedade classista, que se condicionam e completam reciprocamente” (LUXEMBURG, 1986, p. 100). Enquanto a revolução seria um ato de criação política, a legislação seria uma expressão, no plano político, da existência “vegetativa e contínua” da sociedade. Assim, as reformas estariam subordinadas à direção histórica – ou forma social – conferida pela última revolução. Seria, portanto, errôneo apresentar – como faz Bernstein – o trabalho de reformas como uma revolução diluída no tempo, e a revolução como uma reforma condensada:

Uma revolução social e uma reforma legal não são elementos que se distingam pela sua duração, mas pelo seu conteúdo; todo o segredo das revoluções históricas, da conquista do poder político reside precisamente na passagem de simples modificações quantitativas, numa nova qualidade ou, concretizando, na passagem de uma dada forma de sociedade a outra num período histórico (LUXEMBURG, 1986, p. 101).

A escolha pela via das reformas legais em detrimento da conquista do poder político, isto é, da revolução social, implicaria na escolha de um diferente objetivo: ao invés de almejar a edificação de uma nova sociedade, contentar-se-ia com a introdução de modificações parciais à sociedade existente.¹⁴ Destarte, seria impossível transformar as relações fundamentais da sociedade capitalista através de reformas

¹³ Conforme discurso de Rosa ao Congresso de Stuttgart, de 3/10/1898 (<http://www.marxists.org>). Rosa complementa: “por objetivo final não se quer dizer a imagem de um Estado futuro, mas o pré-requisito para qualquer sociedade futura, a conquista do poder político. (...) Esta concepção de nossa tarefa está intimamente relacionada com a nossa concepção da sociedade capitalista: imersa em insolúveis contradições que vão requerer ulteriormente uma explosão, um colapso”.

¹⁴ “Marx e Engels nunca puseram em dúvida a necessidade da conquista do poder político pelo proletariado. Estava reservado a Bernstein considerar o pântano do parlamentarismo burguês como o instrumento chamado a realizar a transformação social mais formidável da história, quer dizer, a transformação das estruturas capitalistas em estruturas socialistas” (LUXEMBURG, 1986, p. 106).

legais que necessariamente respeitariam o alicerce institucional burguês.

Sob o pretexto de que a conquista do poder pelo proletariado não deveria ser realizada prematuramente, Bernstein condenaria o movimento operário à inação, culminando na traição passiva de sua própria causa. Para Rosa, ao contrário, a grande massa popular consciente somente poderia realizar a revolução prematuramente, uma vez que ela seria parte de um processo de amadurecimento do próprio proletariado, que travaria uma longa e intensa batalha até a sua concretização definitiva. Destarte, opõe-se à concepção de que a revolução proletária não deveria chegar demasiado cedo por não encontrar “maduros” nem as condições econômicas nem o proletariado. A seu ver, a revolução nunca chegaria demasiadamente cedo posto que a simples existência das forças revolucionárias do proletariado já indicariam a maturidade das condições econômicas e o avanço produzido pela experiência da ação revolucionária.

Cabe lembrar, portanto, que embora Rosa acreditasse ser a democracia burguesa um importante instrumento para a organização da classe operária – por criar formas políticas que serviriam ao proletariado como trampolim e sustentáculo na sua luta pela transformação revolucionária da sociedade burguesa e possibilitar que, ao lutar pela democracia e exercer os seus direitos, o proletariado ganhe a consciência dos seus interesses de classe e de suas tarefas históricas –, ela de modo algum tornaria inútil ou desnecessária a conquista do poder político.

2 0 revisionismo tomado como fenômeno histórico

Como visto, Rosa, à frente do grupo revolucionário – que passaria a distanciar-se do centro partidário a partir da grande divergência suscitada pela Revolução Russa de 1905 –, condenou enfaticamente as teses expostas por Bernstein. A seu ver estas traduziriam a “primeira e última” tentativa de legitimar cientificamente o oportunismo prático, fenômeno este visto por Rosa como inevitável, fruto das condições da luta e da expansão do movimento social-democrata.

A teoria de Bernstein foi a primeira e a última tentativa para fornecer ao oportunismo uma base teórica. Dizemos “última” porque com a doutrina de Bernstein, o oportunismo foi tão longe – negativamente na abjuração do socialismo científico e positivamente na confusão teórica, amálgama incoerente de todos

os elementos disponíveis nos outros sistemas – que nada fica para lhe acrescentar. O livro de Bernstein marca o fim da evolução teórica do oportunismo, extraindo-lhe as últimas conseqüências (LUXEMBURG, 1986, p. 120).

Rosa procurou compreender o revisionismo como fenômeno histórico produzido no decorrer da evolução do partido,¹⁵ sendo resultado da luta permanente contra a ordem estabelecida. Como nos elucidara Rosa,

se se considerar a enorme expansão do movimento no decurso dos últimos anos e o caráter complexo das condições em que se deve travar a luta, assim como os objetivos que deve ter, era inevitável que num determinado momento se manifestasse uma certa flutuação: ceticismo quanto à possibilidade de atingir os grandes objetivos finais, hesitações quanto ao elemento teórico do movimento. O movimento operário não pode e não deve progredir de outra forma; os instantes de hesitação, de descrença, estão muito longe de surpreender os marxistas, pelo contrário, foram previstos e preditos desde há muito por Marx (LUXEMBURG, 1986, p. 121).

Conforme exposto em seu artigo “Questões de organização da social-democracia russa”, escrito em 1904, Rosa acreditava ser impossível manter o oportunismo afastado do movimento operário. Ao contrário de Lênin, que responsabilizava a incorporação de elementos estranhos ao operariado nas organizações proletárias pelo oportunismo,¹⁶ a autora via o afluxo em massa de elementos dispersos

¹⁵ “O movimento proletário, mesmo na Alemanha, não se fez de repente socialista, faz-se um pouco em cada dia, faz-se corrigindo os desvios opostos: o anarquismo e o oportunismo; um ou outro erro são fases do movimento considerado como um *processus* contínuo. Nessa perspectiva não é a aparição de uma corrente oportunista que deve surpreender, é sobretudo a sua fragilidade. Tanto quanto se manifestou em ocasiões isoladas, a propósito da ação prática do partido, poder-se-ia imaginar que se apoiava numa base teórica séria” (LUXEMBURG, 1986, p.122).

¹⁶ “É perfeitamente natural que a mentalidade pequeno-burguesa irrompa repetidamente nas fileiras dos grandes partidos operários. É perfeitamente natural que isso suceda, e assim sucederá sempre, chegando às próprias peripécias da revolução proletária, pois seria um profundo erro pensar que é necessário que a maioria da população se proletarize “por completo” para que essa revolução seja realizável. (...) A luta ideológica do marxismo revolucionário contra o revisionismo, no final do século XIX, não é mais que o prelúdio dos grandes combates revolucionários do proletariado, que, apesar de todas as vacilações e

da sociedade como uma conseqüência da progressiva dissolução da sociedade burguesa, ou seja, parte do desenvolvimento histórico.¹⁷

A solução para a questão revisionista residiria na habilidade do partido em assimilar e digerir tais elementos. Para tanto, seria necessário que a social-democracia subordinasse-os ao objetivo final da classe operária, dissolvendo o espírito não-proletário de oposição à ação proletária revolucionária. Esta assimilação, por sua vez, dependeria de um núcleo social-democrata proletário forte e educado que arrastasse consigo “seguidores desclassificados e pequeno-burgueses” mediante a aplicação mais rigorosa da disciplina partidária.

Embora o estatuto do partido possa servir de auxílio na luta contra o oportunismo, ele não deveria ser visto como uma arma capaz de substituir a necessária e decisiva influência exercida pela maioria proletária revolucionária dentro do partido. Nestes termos, seria uma ilusão pensar que dispositivos estatutários possam assegurar de antemão a defesa total contra desvios oportunistas e salvaguardar a tática revolucionária.

Para Rosa, conquanto a doutrina marxista forneça subsídios para superar os erros oportunistas, constituindo “uma arma devastadora contra todos os tipos fundamentais de pensamento oportunista”, este fenômeno seria produto do próprio desenvolvimento histórico do movimento operário, sendo o resultado do “inevitável tatear e experimentar da tática, da necessidade de sintonizar a luta presente, em todas as suas peculiaridades, com os princípios socialistas” (LUXEMBURG, 1991, p. 57). Assim, o oportunismo faria parte da essência da própria luta social-democrata, refletindo suas contradições internas:

O avanço histórico-mundial do proletariado até a vitória consiste num processo cuja particularidade reside no fato de que aqui, pela primeira vez na história, as próprias massas populares, contra todas as classes dominantes, impõem sua vontade. Porém, esta vontade só pode ser realizada fora e além da atual

debilidades dos elementos pequeno-burgueses, avança para o triunfo completo da sua causa” (LENIN, 1986, p. 46).

¹⁷ “O afluxo em massa de elementos não proletários para a social-democracia é resultado de causas sociais profundamente enraizadas, tais como o rápido colapso econômico da pequena burguesia, o colapso ainda mais rápido do liberalismo burguês e o desaparecimento da democracia burguesa. Portanto, não passa de ilusão ingênua imaginar que esta onda tempestuosa poderia ser contida por tal ou qual formulação dos parágrafos do estatuto do partido.” (LUXEMBURG, 1991, p. 56).

sociedade. Mas, por outro lado, as massas só podem formar essa vontade na luta quotidiana com a ordem estabelecida, portanto dentro dos seus limites. A unificação da grande massa do povo com um objetivo que vai além de toda a ordem estabelecida, da luta quotidiana com a transformação revolucionária, nisto consiste a contradição dialética do movimento social-democrático [grifo nosso], o qual, conseqüente com o processo de desenvolvimento total, precisa avançar entre dois escolhos: entre a perda do seu caráter de massa e o abandono do objetivo final, entre a recaída no estado de seita e a queda no movimento de reformas burguês (LUXEMBURG, 1991, p. 58).

Enquanto expressão teórica do fortalecimento das correntes oportunistas dentro do partido, o revisionismo pretenderia minar do programa partidário todos os aspectos da teoria que representassem um entrave ao livre jogo das barganhas políticas, de modo que pudesse mudar sua tática ao sabor das circunstâncias mais imediatas. Por conseqüência, Bernstein abandonaria as categorias do pensamento do proletariado revolucionário - a dialética, a concepção materialista da história, etc. - recaindo em princípios oriundos da ciência, da moral e da democracia burguesas.

Como Rosa nos mostra, os ataques bernsteinianos miraram de forma certa o centro nervoso da luta revolucionária. Através da rejeição da dialética, a pedra de toque de toda a concepção histórica marxista, permitia-se a acomodação à sociedade existente, a perpetuação da relação de forças sociais e a negação das contradições inerentes aos fenômenos sociais, fechando-se as portas, assim, às possibilidades de transformação pela ação proletária consciente e revolucionária.

Reservando os ataques mais violentos contra a dialética, não estará a visar o modo de pensar específico do proletariado consciente, lutando pelas suas aspirações? Não será a dialética o instrumento que deve ajudar o proletariado a sair das travas onde mergulha o seu futuro histórico, a arma intelectual que permite ao proletariado, ainda sob o jugo material da burguesia, triunfar, convencê-la de que está condenada a morrer, a provar-lhe a certeza infalível da sua vitória? Esta arma não terá desempenhado a sua obrigação no âmbito do espírito da revolução? Bernstein, abandonando a dialética, entrega-se ao jogo intelectual menor das fórmulas equilibristas tais como “sim, mas”, “por

um lado, por outro lado”, “ainda que, contudo”, “mais ou menos”, adota logicamente o modo de pensar histórico da burguesia decadente, modo de pensar que reflete fielmente a sua existência social e a sua ação política (LUXEMBURG, 1986, p. 115).

Por conseguinte, Rosa frisou inúmeras vezes, seja em artigos seja em seus discursos, a necessidade de se refrear a corrente oportunista – “hostil à teoria” e aos princípios socialistas – dentro do partido, o que significaria na prática a expulsão de seus adeptos. Contudo, seus apelos não foram atendidos pelos dirigentes do SPD, que embora recriminassem as teses de Bernstein oficialmente – principalmente nos Congressos de Stuttgart (1898), Hannover (1899), Dresden (1903) e no Congresso da Internacional de Amsterdã (1904) – não consideravam que pudessem representar uma séria ameaça à organização, uma vez que seus desvios teóricos não incidiam na prática já adotada.

Demonstrando preocupações com o descarte dos princípios socialistas, tanto pela direita quanto pelo centro partidário, Rosa concentrou-se em explorar a forma como a teoria marxista havia sido interpretada e apropriada dentro do movimento. Em artigo publicado pelo *Vorwärts*, em 14 de março de 1903 (LUXEMBURG, [198-]), Rosa analisou as razões pelas quais a teoria de Marx e Engels havia passado por um processo de vulgarização e enrijecimento. A autora concluiu que a herança de Marx continuava não-aproveitada pelos chefes ideológicos da social-democracia. Segundo Rosa, se nada fora acrescentado ao edifício construído por Marx não seria pelo fato de o Quadro ser rígido demais, nem porque estivesse completamente acabado, mas porque as condições históricas ainda não teriam colocado na ordem do dia questões que Marx havia trabalhado em sua teoria.¹⁸

Se sentimos, agora, em nosso movimento, um certo estacionamento das pesquisas teóricas, não é porque a teoria de Marx, de que somos discípulos, não possa desenvolver-se, nem porque tenha “envelhecido”, e sim

¹⁸ “Essa obra que constitui, como descoberta científica, um todo gigantesco, já ultrapassa as necessidades diretas da luta de classe do proletariado, para as quais foi criada. Na análise completa e detalhada da economia capitalista, como no método de pesquisas históricas, com as suas infinitas possibilidades de aplicação, Marx nos deu muito mais do que era necessário para a prática da luta de classe. Só recorremos ao grande depósito de idéias de Marx, para trabalhar e valorizar alguma parcela de sua doutrina, na medida em que o nosso movimento progride de estágio e se vê em face de novas questões práticas. O nosso movimento, porém, como toda luta verdadeira, se contenta com as velhas idéias diretrizes, ainda muito tempo depois delas terem perdido o valor. Por outro lado, a utilização teórica das lições de Marx não progride senão com extrema lentidão” (LUXEMBURG, [198-], p. 188).

porque nos apoderamos, para a nossa luta, de todas as armas intelectuais mais importantes do arsenal marxista de que tínhamos necessidade até aqui. E nem por isso está esse arsenal esgotado. Não “ultrapasamos” Marx no decurso de nossa luta prática; ao contrário, Marx, com suas criações científicas, é que nos ultrapassou como partido de combate. Marx não só produziu o bastante para as nossas necessidades, como também as nossas necessidades ainda não foram suficientemente grandes para que utilizássemos todas as suas idéias (LUXEMBURG, [198-], p. 188-189).

Deste modo, Rosa relaciona a falta de forças intelectuais pertencentes ao movimento capazes de continuar a teoria de Marx com as condições históricas encontradas – que fixariam limites bastante estreitos para a atividade intelectual da classe operária¹⁹ – tendo em vista que “cada época forja, por si mesma, o seu material humano, e se a nossa tivesse verdadeiramente necessidade de trabalhos teóricos, criaria sozinha as forças necessárias à sua satisfação” (LUXEMBURG, [198-], p. 182).

Ao chamar atenção para a necessidade de desenvolver e atualizar a teoria de Marx, Rosa deixa claro que suas críticas a Bernstein não decorrem de uma aversão a uma visão crítica das obras de Marx ou de sua conversão em dogmas sagrados. A reprovação ao revisionismo incide, portanto, sobre as conclusões e conseqüências práticas extraídas desta teoria, que conduziriam ao abandono da meta revolucionária e à rejeição ao método de pesquisa histórica.

Para Rosa, a parte mais preciosa dos escritos de Marx seria a concepção materialista e dialética da história. Esta nada mais seria do que “um método de pesquisa, um grupo de idéias gerais, que permitem a visão de um mundo novo, que abrem perspectivas infinitas às iniciativas individuais, que dão asas ao espírito para as incursões mais audaciosas nos domínios inexplorados” (LUXEMBURG, [198-], p.181). Contudo, na visão de Rosa, os “chefes ideológicos” do proletariado estariam deixando “enferrujar essa arma maravilhosa”.

¹⁹ “A classe operária só poderá criar uma arte e uma ciência próprias depois de se libertar completamente de sua atual situação de classe. Tudo o que pode fazer hoje é proteger a cultura da burguesia contra o vandalismo da reação burguesa e criar as condições sociais necessárias ao livre desenvolvimento da cultura. Na sociedade atual, só pode fazer obra positiva nesse domínio, forjando as armas intelectuais necessárias à sua luta emancipadora” (LUXEMBURG, [198-], p. 187).

Já no início da década de 1920, Georg Lukács, em “História e consciência de classe” (1923), reconheceu a importância da contribuição de Rosa Luxemburg no combate ao oportunismo e ao marxismo vulgar, destacando igualmente sua ênfase no método como o elemento diferencial em relação a outros marxismos do período.²⁰ Para o “jovem” Lukács, Rosa Luxemburg teria sido “o único discípulo de Marx que prosseguiu realmente a obra da sua vida, tanto no plano dos fatos econômicos, como no plano do método econômico e que, deste ponto de vista, se ligou concretamente ao nível presente da evolução social”²¹.

Lukács ressaltara que a conservação da essência revolucionária do método formaria o ponto de vista do legítimo “marxismo ortodoxo”. Neste sentido, não seria necessário se agarrar ao conteúdo doutrinário das obras de Marx, mas apenas zelar pela aplicação correta do método dialético:

Um marxista ortodoxo sério poderia reconhecer incondicionalmente todos estes novos resultados, rejeitar todas as teses isoladas de Marx, sem, por um só momento, se ver forçado a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma fé numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro sagrado. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao método (LUKÁCS, 1989, p. 15).

Assim, segundo Lukács, o método dialético constituiria um método correto para a compreensão adequada das condições históricas passadas e presentes. A dialética, como centro vital do método, permitiria constantemente relacionar o instante presente e as tarefas em relação ao processo histórico, permitindo a unidade entre teoria e prática, considerando-se a relação dialética entre sujeito e objeto no processo histórico.

²⁰ Para Lukács (1989), o autêntico “marxismo ortodoxo”, que tem Rosa Luxemburg como principal expoente, diferiria radicalmente do marxismo propagado pelos dirigentes da Segunda Internacional.

²¹ Convém ressaltar que paulatinamente aproximou-se do leninismo, tendo passado a afirmar que o “renascimento do marxismo” manifestou-se através de duas obras fundamentais: “A acumulação do capital” (1913) – de Rosa Luxemburg – e “Estado e a Revolução” (1917) – de Lênin; por retomarem o modo de exposição histórico e dialético de Marx (LUKÁCS, 1989, p.49).

O que surgiu com o materialismo histórico foi, ao mesmo tempo, a doutrina das “condições da libertação do proletariado” e a doutrina da realidade do processo total de desenvolvimento histórico, e isto unicamente porque é, para o proletariado, uma necessidade vital, uma questão de vida ou morte, atingir a visão mais perfeitamente clara da sua situação de classe; porque a sua situação de classe só no conhecimento da sociedade total é compreensível; porque os seus atos têm este conhecimento como condição prévia, inelutável. A unidade da teoria e da práxis é pois, apenas a outra face da situação social e histórica do proletariado; do ponto de vista do proletariado, conhecimento de si mesmo e conhecimento da totalidade coincidem, ele é ao mesmo tempo sujeito e objeto do seu próprio conhecimento (LUKÁCS, 1989, p. 35).

Neste sentido, a primazia do método possibilitaria não somente a interpretação das transformações em processo e das forças recíprocas atuantes, mas a ação dos sujeitos históricos, que assumiriam o ponto de vista da totalidade, isto é, a percepção do caráter fetichista das formas econômicas, da reificação das relações humanas, do caráter histórico e transitório dos fatos e do caráter antagonico da ordem capitalista. Desta maneira, o método dialético – em si, produto da luta de classes – é visto como veículo da revolução. Tal ênfase na atividade crítica e prática afastaria, assim, as concepções fatalistas e voluntaristas.

Para Lukács, “a ruptura revisionista do movimento e da finalidade última”, consistiria em um “recoo até o nível mais primitivo do movimento operário” (LUKÁCS, 1989, p. 38), no isolamento em relação à própria classe, pois “ao separar o que é indivisível, os oportunistas privaram-se desse conhecimento ativo de si, do proletariado” (LUKÁCS, 1989, p. 57). De forma irônica, Lukács afirmara que Bernstein teria exprimido “com a maior clareza” e formulado “com a melhor precisão” a objeção ao método dialético, por não ser perturbado por nenhum conhecimento filosófico:

as conseqüências reais, políticas e econômicas que ele deduz do seu desejo de libertar o método das “ratoeiras dialéticas” do hegelianismo, mostram claramente até onde este caminho nos leva. Mostram precisamente que há que separar a dialética do método do materialismo histórico quando se quiser fundar uma teoria conseqüente do oportunismo, da “evolução”

sem revolução, da “passagem natural” e sem luta ao socialismo (LUKÁCS, 1989, p. 19).

Deste modo, ao render-se a um “empirismo tacanho”, Bernstein demonstraria sua “repugnância instintiva e profunda por toda a teoria”. Por conseguinte, “crê poder encontrar em cada dado, em cada número estatístico, em cada *factum brutum* da vida econômica, um fato importante para ele”. Portanto, “não vê que a mais simples enumeração de fatos, a justaposição mais despida de comentários é já uma interpretação, que a este nível os fatos foram captados a partir de uma teoria, de um método, que os abstraímos do contexto da vida em que originariamente se encontravam e os introduzimos no contexto de uma teoria” (LUKÁCS, 1989, p. 19-20).

Como foi visto o esforço empreendido por Rosa na defesa dos princípios socialistas, isto é da união entre teoria e prática revolucionárias, foi merecidamente destacado por Georg Lukács. Em prefácio à “Greve de massas, partido e sindicatos”, escrito em 1921, Lukács sublinhara o relevante papel desempenhado por Rosa como a “verdadeira líder da revolução proletária” que “cultiva com maior profundidade o marxismo, a dialética revolucionária, a ciência da luta de classes” (LUKÁCS, 1998, p. 320).

Rosa Luxemburg nunca esqueceu a prática e a colocou junto à teoria. A teoria mais profunda e verdadeira só era válida para ela à medida que mostrasse uma nova via para a ação proletária, assim como a crítica foi para ela apenas um meio para a descoberta de meios de luta positivos (LUKÁCS, *apud* LÖWY, 1998, p. 324).

Tal como Rosa havia feito, Lukács procurou extrair o verdadeiro sentido do marxismo: “a revolucionarização do proletariado”. Rosa teria sido a primeira a opor a teoria da revolução proletária contra a teoria do oportunismo, retornando ao verdadeiro método de Marx em suas análises a respeito da acumulação do capital e da nova etapa do desenvolvimento capitalista. Assim, Rosa buscava compreender os problemas dos novos tempos como forma de reorientar a práxis revolucionária.

3 Considerações finais

Não obstante todo o empenho realizado por Rosa e as críticas produzidas pelas frações revolucionárias do partido – que os acusavam

de privilegiar “interesses mesquinhos e míopes”, “viciando as reflexões e os sentimentos do proletariado durante décadas” – os “oportunistas” ganharam enorme espaço dentro da social-democracia:

habituarão-nos a não observar os acontecimentos do ponto de vista dos interesses de classe gerais do proletariado, mas a fazer que cada um se preocupe antes de tudo com seus interesses pessoais, ou seja, os referidos à profissão ou à fábrica, estritamente. Ao fazê-lo, conseguiram obscurecer a consciência do proletariado, dirigir a classe trabalhadora numa direção oportunista e pequeno-burguesa, além de educá-la neste sentido (LUKÁCS, apud LÖWY, 1998, p. 320-321).

Contudo, como Rosa avaliara, o revisionismo bernsteiniano não conseguiu corresponder a todas as suas pretensões e expectativas. Não somente por faltar-lhe a genialidade teórica de uma figura como a de Marx, mas, sobretudo, devido ao fato de que as condições históricas ainda colocavam os princípios revolucionários e a crítica à sociedade burguesa na ordem do dia. Isto restou evidenciado em um curto espaço de tempo, iniciado a partir da sublevação operária na Rússia, em 1905, da adesão do partido à guerra imperialista em 1914, da Revolução Bolchevique em 1917 e da Revolução e contra-revolução (levada a cabo pela corrente direitista do SPD) na Alemanha em 1918 e 1919, que culminou no assassinato de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht.

A cada novo desdobramento histórico restavam manifestas as profundas divergências ideológicas e os inúmeros conflitos que abatiam os social-democratas, alquebrando sua frágil e dissimulada unidade. Como expressara Rosa em discurso no Congresso de Fundação da Liga *Spartakus*, em 31 de dezembro de 1918:

a dialética da história quis que retomássemos agora as concepções que Marx e Engels tinham depois abandonado (...) O desenvolvimento do capitalismo que entretanto se verificou fez com que aquilo que era então um erro se tornasse hoje verdade, e hoje, a tarefa imediata consiste em realizar o que Marx e Engels contavam fazer em 1848 (LUXEMBURG, apud LOUREIRO, 2003, p. 107).

Deste modo, o início do século XX iluminou a incompatibilidade entre as correntes reformistas e revolucionárias, obscurecida

durante o período de expansão do movimento. Além disto, colocou em evidência a ambigüidade existente no projeto social-democrata, marcado pela desvinculação entre teoria e prática, que terminou por suscitar o rechaço do socialismo, a descaracterização do partido, o abandono do internacionalismo operário e o enfraquecimento e desorganização da esquerda mundial. A desmobilização, enfraquecimento e desmembramento da social-democracia ainda viria a contribuir para o fortalecimento dos grupos burgueses de extrema direita em inúmeros países da Europa nas primeiras décadas do século XX.

A capitulação dos partidos social-democratas à política imperialista de seus respectivos governos após a deflagração da Primeira Guerra Mundial – e o conseqüente esfacelamento da Segunda Internacional – deu ensejo a numerosos conflitos no interior do socialismo europeu que culminaram em sua efetiva fragmentação. Na Alemanha, entre os representantes da direita partidária prevaleceu a concepção de que a política nacional deveria figurar em primeiro plano – juntamente com seu direito à autodefesa nacional contra ataques externos agressivos.

Nos anos marcados pelo conflito mundial, com a precarização das condições de vida e a crescente insatisfação popular, as correntes revolucionárias ganharam novo fôlego na Alemanha. A vitória da Revolução de Outubro viria a proporcionar ainda um novo impulso à luta promovida pela ala esquerda da social-democracia – embora ainda restassem dúvidas e receio quanto à adequação do modelo revolucionário bolchevique às condições encontradas no Ocidente.

A conjugação de forças para a institucionalização da República, em nove de novembro de 1918, logo foi rompida em face da moderação demonstrada pela ala majoritária do SPD. As notórias divergências entre as diferentes correntes do movimento socialista conduziram a novas tentativas de ascender ao poder e instaurar uma república socialista pelo grupo revolucionário – que incluía spartaquistas, alguns membros mais radicais do USPD e dos delegados revolucionários, vinculados a certos sindicatos e conselhos (LOUREIRO, 2005). Estas foram violentamente reprimidas pelo governo social-democrata de Friedrich Ebert, que passou a assumir um caráter conservador em defesa do *status quo*.

Analisando-se o desfecho trágico da experiência revolucionária alemã, pode-se concluir, em conformidade com o entendimento de Rosa Luxemburg (em artigo de 1915), que, em se tratando do movimento operário,

seus erros são tão gigantescos quanto suas tarefas. Não tem um esquema prévio, válido para sempre, nem um guia infalível que lhe mostra o caminho que deve percorrer; não tem outro mestre que a experiência histórica. O penoso caminho de sua libertação não somente está empedrado de sofrimentos sem limites, mas de inumeráveis erros. Só alcançará sua libertação se souber aprender com seus próprios erros. Para o movimento proletário, a autocrítica, uma autocrítica valente, cruel, que chegue ao fundo das coisas, é o ar e a luz sem os quais não pode viver (LUXEMBURG, 1972, p. 11).

Embora houvesse enfrentado a fragmentação partidária e a resistência de inúmeros setores da classe operária à adesão à perspectiva revolucionária, Rosa manteve-se convicta do potencial emancipatório da crítica marxista ao desvelar as contradições do modo de produção capitalista e os desdobramentos da luta de classes. Destarte, conquanto precisasse atravessar tamanhos obstáculos e dificuldades, o proletariado contaria com um poderoso instrumento a seu favor, pois o materialismo histórico teria “colocado nas mãos da classe trabalhadora do mundo inteiro uma bússola” que lhe permitiria “encontrar o caminho no torvelinho dos acontecimentos de cada dia e orientar sua tática de combate em cada momento na direção do imutável objetivo final” (LUXEMBURG, 1972, p. 12).

Ao contestar, portanto, os fatalismos subjacentes tanto ao marxismo “oficial” do partido quanto ao conformismo revisionista, Rosa Luxemburg abriu caminho a toda uma nova geração de pensadores tributários da tradição marxista. A partir de seus valiosos ensinamentos, pôde-se compreender que o futuro do movimento operário, longe de estar previamente escrito, dependerá da ação das classes trabalhadoras e de sua capacidade de enxergar as possibilidades inscritas no presente, sob uma perspectiva histórica e totalizante, para sua organização e mobilização com vistas à concretização de seu projeto emancipatório.

Referências

GERAS, Norman. **A actualidade de Rosa Luxemburg**. Lisboa: Antídoto, 1978.

LENIN, V.I. Duas táticas da social-democracia na Revolução Democrática. In: **Obras escolhidas**. 3ªed. São Paulo: Alfa-Omega, v. 1, 1986.

_____. Marxismo e revisionismo. In: **Obras escolhidas**. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, v. 1, 1986.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária**. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. **Rosa Luxemburg: vida e obra**. São Paulo: Expressão popular, 2003.

_____. **A revolução alemã, 1918 - 1923**. São Paulo: UNESP, 2005.

LÖWY, Michael. **A evolução política de Lukács (1909-1929)**. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

LUXEMBURG, Rosa. **Oeuvres I (Reforme ou révolution? Grève de masse, parti et syndicats)**. Paris: François Maspero, 1969.

_____. **La crisis de la socialdemocracia**. México: Roca, 1978.

_____. Estacionamentos e progressos do marxismo. In: **Marxismo**. São Paulo: Unitas, [198-].

_____. **Camarada e amante: cartas de Rosa Luxemburg a Leo Jogiches**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Reforma social ou revolução**. São Paulo: Global Editores, 1986.

_____. **A revolução russa**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. Discurso de Rosa Luxemburg de 11/10/1899, no Congresso de Hannover. [On Line]. **Marxist Archives**. Disponível em: <<http://www.marxists.org>>. Acesso em: jul. 2004.

Joana El-Jaick Andrade
E-mail: joanandrade@uol.com.br

Artigo recebido em agosto/2007.
Aprovado em fevereiro/2008.